


BANCO

BANCO PSA FINANCE BRASIL S.A.

CNPJ nº 03.502.961/0001-92

NOVO C4 PICASSO



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Ativos (Passivos)		Recelitas (Despesas)	
	2017	2016	2017	2016
17. Partes Relacionadas:				
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração: Na Assembleia (AÇO) do Banco PSA Finance Brasil em 28 de abril de 2017, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos Administradores e para o ano de 2017 foi fixado o valor máximo de R\$ 4.738 (2016 - R\$3.554). A Companhia é parte integrante do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco PSA. b) Benefícios de Curto Prazo: Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.	2017	2016		
Remuneração Fixa	3.266	2.360		
Remuneração Variável	1.462	254		
Total	4.738	2.614		
Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$ 1.597 (31/12/2016 - R\$259).				
c) Operações de Crédito: Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos emolvidos por 1 - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau; II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Companhia, com mais de 10%; III - pessoas físicas de cujo capital participem com mais de 10%; a Companhia; IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%; a Companhia. Os diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau. d) Participação Acionária: O Banco PSA é uma joint-venture, cujo capital pertence 50% ao Banco PSA Finance (empresa do Grupo Peugeot Citroen) e 50.000% da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (empresa do Conglomerado Santander). e) Transações com Partes Relacionadas: As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.				
Disponibilidades	286	99		
Banco Santander (2)	286	99		
Depósitos a Prazo				
Banco Santander (2)	(1.105.445)	13.034	(70.912)	
Peugeot Citroen do Brasil				
Automóveis Ltda (3)	6.767	10.304		
Depósitos Interfinanceiros	(1.112.212)	(832.849)	(70.912)	(40.355)
Banco Santander (2)	(1.112.212)	(832.849)	(70.912)	(40.355)
Depósitos a Prazo				
Peugeot Citroen do Brasil	(62.099)	(73.987)	(4.149)	(5.722)
Automóveis Ltda (5)	(62.099)	(73.987)	(4.149)	(5.722)
Obrigações por Empréstimos e Repasses				
Banco PSA Finance (2)	-	-	(1.960)	(1.960)
Dividendos e Bonificações a Pagar	(18.890)	(12.324)		
Banco Santander (2)	(9.445)	(6.162)		
Banco PSA Finance (2)	(9.445)	(6.162)		
Valores a Pagar a Societades	(20.564)	(6.996)	(2.979)	(4.707)
Peugeot Citroen do Brasil				
Automóveis Ltda (1)	(20.564)	(4.996)	(2.678)	(2.090)
Banco Santander (1) - (Nota 19 e 21)	-	(2.000)	(301)	(2.617)
Resultados de Exercícios Futuros	(75.944)	(93.913)	98.325	92.241
Peugeot Citroen do Brasil				
Automóveis Ltda (4)	(75.944)	(93.913)	98.325	92.241

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Cezar Augusto Janikian Presidente	Alexandre Guy Jean Marie Sorel Vice-Presidente	Alexandre Grossmann Zancani Conselheiro	Patrice Jean Claude Volovik Conselheiro

DIRETORIA					
Adriana Beatriz Barraço Diretor Presidente	Fernando Gomes da Hora Diretor Vice-Presidente e Diretor Financeiro	Américo da Costa Martins Diretor de Operações	Paulo Teixeira Diretor de Risco	Jean Pierre Avril Diretor Comercial	Robinson Tiengo Caruzzo Controlador - CRC SP-292640/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

lanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, ao resultado, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa do exercício findo nessa data, obtidas das demonstrações financeiras daquele exercício. O exame dessas demonstrações financeiras foi realizado pelo auditor independente em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, com data de 22 de março de 2017, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.


Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante não causada por fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos evidência de controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2018


PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury Controladora CRC SP192785/O-4

YOU INC INCORPORADORA E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ: 11.284.204/0001-18

Demonstrações Financeiras - Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016				
Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Ativos				
Circulantes	3.151	7.386	581.450	528.924
Impostos a recuperar	103	43	238	191
Contas a receber de clientes	2.429	6.111	191.352	182.193
Estoque de imóveis a comercializar	-	-	339.346	394.154
Partes relacionadas	-	614	-	-
Adiantamentos diversos	525	482	1.814	1.789
Impostos a recuperar	103	43	238	191
Despesas antecipadas	17	-	137	83
Outros créditos	77	136	342	309
Não Circulantes	112.895	127.138	98.662	96.970
Contas a receber de clientes	-	-	90.622	90.182
Partes relacionadas	3.957	325	3.553	1.876
Despesas antecipadas	12	-	76	56
Investimentos	108.024	125.552	-	-
Imobilizado	717	1.077	4.154	4.649
Intangível	185	184	227	205
Total dos Ativos	116.046	134.524	680.112	725.894
Passivos e Patrimônio Líquido (Patrimônio Líquido Negativo)				
Circulantes	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Fornecedores	70.761	57.969	188.838	212.176
Empréstimos, financiamentos e debêntures	377	218	12.063	11.749
Terranos a pagar	41.144	33.078	87.944	129.653
Impostos, taxas e contribuições a recolher	206	190	3.314	3.393
Provisões sociais	1.754	2.082	1.773	2.088
Adiantamentos de clientes	-	-	27.139	15.910
Impostos de recolhimento diferido	-	-	9.702	9.232
Dividendos a pagar	-	-	14	793
Partes relacionadas	26.799	19.267	22.528	6.282
Outras contas a pagar	481	3.120	16.105	18.925
Não Circulantes	69.253	71.501	184.409	150.181
Empréstimos, financiamentos e debêntures	40.817	47.758	147.816	99.956
Terranos a pagar	-	-	1.364	6.285
Impostos de recolhimento diferido	-	-	4.143	6.069
Adiantamento de clientes	-	-	17.932	36.844
Partes relacionadas	27.902	23.275	12.620	55.89
Provisão para riscos de crédito	534	468	534	468
Patrimônio Líquido (Patrimônio Líquido Negativo)	(23.968)	5.054	306.865	363.537
Capital social	18.074	18.074	18.074	18.074
Reserva de capital - ágio na emissão de ações	20.047	20.047	20.047	20.047
Reserva legal	2	2	2	2
Reservas de lucros	31	31	31	31
Prejuízos acumulados	(59.147)	(33.100)	(59.147)	(33.100)
Patrimônio líquido atribuído a Proprietários da controladora	(23.968)	5.054	(23.968)	5.054
Participação de não controladores	-	-	330.833	358.483
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido (Patrimônio Líquido Negativo)	116.046	134.524	680.112	725.894

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Receitas (Despesas) Operacionais	(22.298)	(23.907)	(24.996)	(23.550)
Despesas gerais e administrativas	(204)	(321)	(204)	(321)
Despesas comerciais	5.229	397	5.229	397
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-
Resultado líquido do Exercício	(6.613)	(18.219)	(6.613)	(18.219)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16.676)	(14.912)
Despesas tributárias	(778)	(339)	(778)	(339)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16.676)	(14.912)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16.676)	(14.912)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16.676)	(14.912)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16.676)	(14.912)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16.676)	(14.912)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16.676)	(14.912)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16.676)	(14.912)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16.676)	(14.912)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16.676)	(14.912)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16.676)	(14.912)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16.676)	(14.912)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16.676)	(14.912)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16.676)	(14.912)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16.676)	(14.912)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16.676)	(14.912)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16.676)	(14.912)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16.676)	(14.912)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16.676)	(14.912)
Prejuízo Operacional Antes do IRPJ e da CSLL	(16.676)	(14.912)	(16	